

A CIDADANIA RECLAMADA NAS MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS DA CAPOEIRA COM CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO SOCIAL¹

Luiza Fraga Tostes,

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Fabio Luiz Loureiro,

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

André da Silva Mello,

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

RESUMO

Analisa uma experiência pedagógica mediada pela capoeira com 10 crianças em situação de acolhimento social, atendidas pela Casa Lar “Instituto Vida”, localizada em Serra/ES. Por meio de práticas pedagógicas que reconheceram e valorizaram as agências das crianças e as suas produções culturais, avaliamos que a experiência analisada favoreceu o desenvolvimento da cidadania reclamada de seus participantes.

PALAVRAS-CHAVE: criança 1; capoeira 2; Cidadania reclamada 3.

INTRODUÇÃO

De maneira geral, a infância é a categoria geracional mais afetada pela pobreza e pelas desigualdades sociais. De acordo com Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007, p. 1) a infância é o grupo social mais vulnerável “[...] entre todos os grupos e categorias sociais excluídas, quer pela relativa invisibilidade face às políticas públicas e aos seus efeitos, quer por que é geralmente excluída do processo de decisão na vida colectiva.”

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2018, indicam que existem no Brasil 47 mil crianças e adolescentes que vivem em abrigos, em situação de acolhimento social. Segundo esses dados, parte considerável dos acolhidos possui família.

Os principais motivos das crianças estarem abrigadas, segundo Silva (2004), são: “carência de condições socioeconômicas das famílias; o abandono pelos pais ou responsáveis; violência doméstica; dependência química dos responsáveis; morte dos responsáveis; prisão e o abuso sexual por parte dos responsáveis”. Uma parcela considerável da população infantil

¹Apoio financeiro FAPES 013/2021.

se insere em um quadro em que esses problemas sociais estão presentes, embora a maioria dessa parcela não esteja acolhida por abrigos sociais (VECTORE; CARVALHO 2008).

De acordo como o Sistema Único de Assistência Social (Suas) o principal objetivo do abrigo institucional é promover o acolhimento dos indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir a sua proteção integral. Existem várias unidades de acolhimento social, que variam de acordo com o público-alvo. Quando se trata de crianças e adolescentes, a modalidade de acolhimento é a Casa Lar ou o Abrigo Institucional.

Mesmo possuindo uma tarefa nobre, de relevante importância social, no sentido de acolher e buscar reconstruir os vínculos familiares de crianças e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade, muitas instituições não possuem um trabalho pedagógico sistematizado, para preencher o tempo relacionado ao contraturno escolar. Em que pese toda a dedicação dos gestores, geralmente realizada de forma voluntária e filantrópica, as crianças/adolescentes acolhidos por essas instituições passam grande parte do tempo de forma ociosa, com pouco acesso às atividades de lazer, de caráter socioeducativo, que contribuam para o desenvolvimento pessoal e coletivo desses sujeitos. Oliveira (2014, p. 40) ressalta que “[...] o uso tempo das crianças que residem em instituições é limitado pelo fato de a instituição possuir uma rotina padronizada, em que nem sempre os adultos (cuidadores) estão disponíveis para se envolverem em atividades lúdicas com a criança”.

As atividades socioeducativas mediadas pelos adultos podem promover a cidadania de crianças e adolescentes acolhidos por abrigos sociais. Referimo-nos a um modelo de *cidadania reclamada*, constituída na heterogeneidade das diferenças, em que os sujeitos são capazes de dizer e pensar sobre si (STOER; MAGALHÃES; RODRIGUES, 2004). Esse modelo de cidadania opõe-se à *cidadania tutelada*, cuja condição de cidadão é outorgada pelo outro, gerando uma passividade dos sujeitos na luta e na busca pelos seus direitos.

Na perspectiva da cidadania reclamada, é preciso desenvolver práticas pedagógicas que assegurem a autonomia e a participação coletiva dos envolvidos. Crianças e adolescentes devem ser ouvidos e as suas agências valorizadas, para que exerçam o direito de escolher e construir aquilo que consideram bom para si. Para Arantes (2009, p. 4), “[...] pensar os direitos humanos de crianças e adolescentes requer o reconhecimento de uma tensão, mas não necessariamente de uma contradição, entre pessoa em desenvolvimento e sujeito de direitos, entre proteção e autonomia”.

Diante do exposto, este relato de experiência tem como objetivo descrever e analisar alguns episódios de um trabalho com a capoeira que almeja desenvolver a cidadania reclamada de crianças atendidas pela Casa Lar no município de Serra/ES. Nesse sentido, busca-se reconhecer e valorizar as suas agências e práticas autorais nas relações que estabelecem com essa manifestação cultural.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Trata-se de um relato de experiência, ocorrido no segundo semestre de 2019, em que a prática pedagógica com a capoeira foi desenvolvida na Casa Lar “Instituto Vida”, localizada no município de Serra/ES. No período analisado, ocorreram 24 mediações pedagógicas. Participaram desse processo, 10 meninos, com idades entre 3 e 14 anos. Os dados foram produzidos por meio da observação participante e registrados em diário de campo.

Abib (2004) considera que as manifestações da cultura popular, como a capoeira, contribuem para os processos educativos não-formais. Corroborando com o pensamento de Pedro Abib, Falcão (2004, p. 12), reconhece “[...] que a capoeira se consolidou fora de instituições formais de educação, como nos largos, nas ruas, nas maltas e não na escola ou na universidade.” Ressalta ainda sobre a importância das possibilidades de intervenções com a capoeira nos espaços não formais que, “[...] na organização do trabalho pedagógico, permeiam nexos que dizem respeito à realidade social, [...]” apontando para uma necessária articulação entre formação, cultura e trabalho pedagógico (FALCÃO, 2004, p. 15-16).

Segundo Gohn (2007), esses processos educativos acontecem em organizações sociais, geralmente fora da escola e proporcionam ao sujeito o conhecimento de sua própria experiência, em relação social com o outro.

Dentro dos limites deste texto, apresentaremos duas experiências, uma com as crianças mais velhas e outra com as crianças menores, que denotam as práticas autorais e a coparticipação dos sujeitos nas relações que eles estabelecem com a capoeira, favorecendo, dessa forma, o desenvolvimento da cidadania reclamada.

Com base em Bernard Charlot (2000), partimos da compreensão de que todo saber é uma relação com o objeto do saber. Para esse autor, “[...] aprender faz sentido por referência à história do sujeito, às suas expectativas, à sua concepção de vida [...]” (CHARLOT, 2000, p. 72). No processo de mediação pedagógica com a capoeira, consideraremos as subjetividades

das crianças, os seus interesses, necessidades e expectativas, ou seja, aquilo que faz sentido para elas. Segundo Charlot (2000, p. 54), “[...] para haver atividade, o sujeito deve mobilizar-se; para que se mobilize, a situação deve apresentar um significado para ele”. As mediações com a capoeira não foram externamente orientadas, mas construídas *com* as crianças e não *para* elas.

A experiência analisada com as crianças mais velhas (entre 10 e 14 anos), demonstra a maneira peculiar em que elas se apropriaram e ressignificaram a capoeira, articulando-a com uma música e coreografia de seu interesse, como descreve o seguinte relato, extraído do diário de campo:

Ao chegar na Casa Lar, as crianças vieram correndo e falando: “Tia, olha a dança de capoeira que inventamos”. Pediram para colocar uma música no celular e mostraram uma dança que tinham criado. Em determinada parte, a letra da música dizia “entra na roda e ginga”, nesse momento eles gingavam e associaram a dança com a capoeira, unindo o que aprenderam nas aulas de capoeira com a coreografia de uma música que gostavam. (DIÁRIO DE CAMPO, 27/11/2019).

Com base nos pressupostos da Sociologia da Infância (SARMENTO, 2013), compreendemos que a ação social da criança não se restringe à reprodução do mundo adulto. Concebemos as crianças como produtoras de culturas, como atores sociais, que participam ativamente em seus processos de desenvolvimento e de socialização. Retirar as crianças da situação de anomia social e concebê-las como sujeitos de direitos implica, dentre outras coisas, reconhecer e valorizar as suas agências nos processos socioeducativos nas quais estão inseridas. No episódio relatado, as produções culturais das crianças foram valorizadas e compartilhadas com toda a instituição, por meio de uma apresentação.

A segunda experiência relatada, diz respeito à coparticipação das crianças pequenas (entre 3 e 9 anos) na construção das aulas. Elas pediram que fizéssemos um “caça ao tesouro” com a capoeira, atendendo, dessa forma, o seu inalienável direito e interesse em brincar, como demonstra o seguinte excerto, extraído do diário de campo:

Ao final da aula, uma criança de sete anos pediu: “Tia, na próxima aula vamos fazer um caça ao tesouro?”. Perguntamos para as crianças se elas gostariam de brincar de caça ao tesouro e elas foram unânimes em aceitar, elas adoraram a ideia do colega. Fizemos um caça ao tesouro temático com a capoeira, que possibilitou uma relação dialógica com as crianças durante toda a brincadeira, considerando as suas autorias e criações durante cada etapa explorada. (DIÁRIO DE CAMPO, 19/12/2019).

A brincadeira permitiu que as crianças manifestassem a sua autonomia e a sua criatividade, elas tiveram as suas subjetividades valorizadas e puderam interpretar a capoeira por meio de uma ação lúdica que fizesse sentido para elas. Segundo Redin (2009, p. 120), “[...] as crianças inovam nos arranjos que fazem, nos materiais que utilizam, tornando essa interpretação criativa. O brincar é em si um ato de criação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses breves relatos, percebemos as crianças como construtoras e como sujeitos ativos em seus processos de socialização. Esse modelo pedagógico tem favorecido o desenvolvimento da cidadania reclamada, pois elas são concebidas como sujeitos capazes de pensar e agir sobre si. Para isso, é preciso estarmos atentos às práticas cotidianas das crianças e às suas vozes, que se manifestam por meio de diferentes linguagens, para compreendermos, por meio de um olhar atento e de uma escuta sensível, os seus interesses, necessidades e possibilidades.

CLAIMED ENFRANCHISEMENT IN THE PEDAGOGICAL MEDIATIONS OF CAPOEIRA WITH CHILDREN IN SOCIAL WELFARE

ABSTRACT

It analyzes a pedagogical experience mediated by capoeira with 10 children in a situation of social care, assisted by Casa Lar “Instituto Vida”, located in Serra/ES. Through pedagogical practices that recognized and valued children's agencies and their cultural productions, we evaluated that the experience favored the development of the citizenship demanded by its participants.

KEYWORDS: *children's 1; capoeira 2; claimed enfranchisement3.*

LA CIUDADANÍA RECLAMADA EN LAS MEDIACIONES PEDAGÓGICAS DE LA CAPOEIRA CON NIÑOS EN ACOGIMIENTO SOCIAL

RESUMEN

Análisis de una experiencia pedagógica mediada por la capoeira con 10 niños en situación de acogimiento social, atendidos por la Casa Lar “Instituto Vida”, localizada en Serra/ES. Por medio de prácticas pedagógicas que reconocieron y valorizaron las agencias de los niños y sus producciones culturales, avaliamos que la experiencia analizada favoreció el desenvolvimiento de la ciudadanía reclamada de sus participantes.

PALABRAS CLAVE: niños 1; capoeira 2; ciudadanía reclamada³.

REFERÊNCIAS

ABIB, P. R. J. **Capoeira angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda.** 2004. 179 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2004.

ARANTES, E. M. M. Pensando a Proteção Integral. Contribuições ao debate sobre as propostas de inquirição judicial de crianças e adolescentes como vítimas ou testemunhas de crimes. In: **Falando sério sobre escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência e a rede de proteção.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2009.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Relatório das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2018-2019. Brasília: CNJ. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/05/13926ffe304159519caed2b504923ff5.pdf>>.

FALCÃO, J. L. C. **A práxis capoeirana: o jogo da capoeira em jogo.** 2004. 393 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

GOHN, M. **Educação não-formal e cultura política.** São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, L. S. M. **Crianças em acolhimento institucional: brincadeiras, espaços e interações.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, 2014.

REDIN, M. M. Crianças e suas singularidades. In: MULLER, F.; CARVALHO, A. M. A. (org.). Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009.

SARMENTO, M. J. A Sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In: TEODORA, R; GARANHANI, M. (Org). **Sociologia da Infância e a formação de professores**. Curitiba: Champagnat Editora, 2013.

SARMENTO, M. J.; FERNANDES, N.; & TOMÁS, C. A. **Políticas públicas e participação infantil**. Universidade do Minho, 2007.

SILVA, E. R. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA. 2004.

STOER, S. R.; MAGALHÃES, A. M.; RODRIGUES, D. **Os lugares da exclusão social**: um dispositivo de diferenciação pedagógica. São Paulo: Cortez, 2004.

VECTORE, C.; CARVALHO, C. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 2, p. 441-449, 2008.